

Nesta Edição:

- CAE debate unificação das alíquotas de ICMS
- Publicada MP que desonera produtos da cesta básica

CAE debate unificação das alíquotas de ICMS

A Comissão de Assuntos Econômicos iniciou hoje um ciclo de audiências públicas para discutir o projeto de resolução do Senado (PRS 1/2013), que unifica gradualmente as alíquotas interestaduais do ICMS, e a medida provisória (MP 599/2012), que compensa financeiramente os estados pela redução desse imposto e cria um fundo de desenvolvimento regional.

Os debates de hoje contaram com a presença dos ex-ministros Nelson Machado e Guilherme Gomes Dias, do ex-governador gaúcho Germano Rigotto e dos economistas José Roberto Afonso e Bernard Appy.

Nelson Machado afirmou que um acordo entre os estados e a criação de um fundo de compensação serão importantes no processo de unificação do ICMS. Nesse sentido, tão importante quanto a aprovação da Medida Provisória 599/2012 e do PRS 1/2013 é a aprovação do PLP 238/2013 em tramitação na Câmara dos Deputados. Segundo Machado, o êxito da reforma do ICMS pressupõe que os Estados e o Distrito Federal firmem convênio perante o Confaz de modo a convalidar os benefícios concedidos à margem do referido colegiado, pondo fim à insegurança jurídica que tem dificultado o ambiente de negócios, os investimentos e, por consequência, o próprio crescimento econômico. Neste contexto, a alteração do quorum de aprovação do convênio de convalidação de benefícios prevista pelo PLP visa a facilitar a implementação do acordo no âmbito do Confaz.

Para Guilherme Dias a reforma do ICMS não reduz a carga tributária e torna o processo de arrecadação mais complexo, citando como exemplo a experiência da aprovação da Resolução 13 do Senado Federal ("guerra dos portos"). De acordo com José Roberto Afonso, a unificação da alíquota de ICMS em 4% deverá agravar alguns problemas, notadamente o uso indiscriminado do mecanismo de substituição tributária e o acúmulo de créditos tributários. Além disso, a manutenção dos incentivos para empresas já instaladas poderá criar uma dificuldade para entrada de novos investimentos.

Na opinião de Bernard Appy, a insegurança jurídica sobre o ICMS prejudica o crescimento do país. Appy defendeu a criação do fundo de compensação e afirmou que o modelo proposto pelo Governo é correto para tratar do assunto. Assim como José Roberto Afonso, Appy chamou atenção para o fato de que haverá um aumento do acúmulo de crédito do ICMS com a unificação da alíquota interestadual em 4%. Para resolver o problema, sugeriu a criação de uma alíquota reduzida do ICMS para os insumos e bens intermediários utilizados pelo setor industrial. Uma alternativa, segundo ele, seria instituir um mecanismo que obrigasse os governos estaduais a ressarcir rapidamente os créditos do ICMS às empresas. Appy ainda defendeu que a discussão do novo ICMS seja feita concomitantemente com os debates sobre o royalties de petróleo e a nova partilha do Fundo de Participação dos Estados.

Favorável à limitação da guerra fiscal pela unificação das alíquotas de ICMS, o ex-governador do Rio Grande do Sul Germano Rigotto defendeu regras claras para consolidação de situações já estabelecidas e a criação de instrumentos que assegurem a

painel

■ Revisitando o pacto federativo 1

Na quarta-feira (13), às 11h, os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves, acompanhados dos líderes partidários das duas Casas do Congresso Nacional, receberão os governadores de 26 estados e do Distrito Federal. O objetivo desse encontro é definir uma pauta mínima de assuntos relacionados ao pacto federativo, que deverá ter prioridade no Senado e na Câmara. Dessa reunião pode sair um texto de consenso sobre o FPE para votação no dia 19, em Plenário, como pretende o presidente do Senado.

■ Revisitando o pacto federativo 2

Na quinta-feira (14), as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realizarão reunião conjunta, com a presença de Cláudio Trinchão, que é coordenador nacional dos secretários da Fazenda no Confaz. Na pauta, oito projetos de lei do Senado que estabelecem critérios de distribuição do FPE: PLS 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012.

compensação efetiva das perdas de arrecadação que serão decorrentes da possível aprovação da redução das alíquotas interestaduais do ICMS.

Na terça-feira, às 10:30, a Comissão ouvirá, sobre o mesmo tema, o secretário executivo do Ministério da Fazenda e presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Nelson Barbosa, e sete secretários de Fazenda: Cláudio Trinchão (Maranhão), Afonso Moraes (Amazonas), Paulo Henrique Câmara (Pernambuco), Carlos Benevides Filho (Ceará), Jáder Julianelli (Mato Grosso do Sul), Leonardo Colombini (Minas Gerais) e Luiz Carlos Haully (Paraná).

Segundo o senador Lindbergh Farias (PT/RJ), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o PRS deverá ser aprovado na Comissão até o dia 26 de março.

Publicada MP que desonera produtos da cesta básica

Foi publicada em edição extra do Diário Oficial da última sexta-feira a Medida Provisória 609, que reduziu a zero as alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno dos produtos da cesta básica.

Anunciada pela presidente Dilma Rousseff na última sexta-feira em cadeia nacional de rádio e TV, a desoneração de tributos inclui carnes (bovina, suína, aves, peixes, ovinos e caprinos), café, óleo, manteiga, açúcar, papel higiênico, pasta de dente e sabonete.

O prazo de apresentação de emendas à Medida Provisória 609 encerra-se na quinta-feira (14 de março).